

## **MARIAZINHA BARÉ**

POVO:

**BARÉ, CUCUÍ**

NASCIMENTO:

**1976**

FORMAÇÃO ESCOLAR:

**MESTRANDA NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)**

## **HISTÓRIA DE VIDA**

Sou de Cucuí, da tríplice fronteira. Minha participação no movimento indígena teve início quando comecei a acompanhar as atividades na Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), 1998. Em 2001 vim para Manaus e passei uns meses da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), quando o Cláudio Mura era coordenador. O primeiro a dirigir a COIAB e um dos fundadores foi o Orlandino Baré. Os Baré e outros povos da Amazônia tiveram papel importante na fundação da COIAB. No mundo Baré, a mulher tem um destaque, porque é um povo matrilinear. A minha avó, aonde ela chega, por exemplo, é respeitada. Atuando no movimento indígena, de 2012 a 2016, fui eleita coordenadora-secretária da UMIAB (União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, antigamente Departamento de Mulheres Indígenas da COIAB), representei a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e a União das Mulheres na Bacia Amazônica (UMIAB) no CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

Trabalho no governo do Estado do Amazonas há 13 anos. Trabalhava na COIAB e YAKINO (centro de artesanato), que fechou em 2001. Trabalhei na SEPROR de 2011 a 2017. Em 2017 comecei a trabalhar na Fundação Amazônia Sustentável (FAS). Separei do meu primeiro marido em 2005. Recomecei com outro em 2009 e separei no ano passado. Hoje tenho 03 filhos, duas meninas e um menino e meu sobrinho me ajudam a cuidar dos filhos. Minha filha faz Administração na UEA e o meu sobrinho faz Enfermagem. Tenho que sustentá-los, mas não posso pagar uma pessoa para ajudar em casa.

Trabalhei na Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Naquele tempo criei a GETEC (Grupo de Estudos de trabalhos em Ecoturismo), trabalhando a questão ambiental na cidade, com pessoas que vinham do interior. Comecei a trabalhar no governo do estado, em março de 2003, na Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI). O Bonifácio José Baniwa, que era da FOIRN, assumiu a fundação e chamou-me, insisti até que aceitei. Na FEPI já recebia salário. Trabalhei lá durante sete anos no departamento etno-ambiental, com projetos de acesso ao conhecimento tradicional. Depois que passou a ser a Secretaria Estadual de Assuntos Indígenas (SEIND), ainda fiquei nove meses, mas depois saí e fui para a Secretaria Estadual do Meio ambiente (SEMA). Lá trabalhei nas unidades de conservação do Estado, na área de regularização fundiária, na Coordenação Estadual de Unidades de Conservação. Separei do meu marido por causa do movimento, das viagens. O marido não queria que eu trabalhasse. Ele é engenheiro da FUNAI. Um dos motivos para separar foi esse: as viagens de trabalho.

## **SER MULHER**

Busquei refletir sobre as atividades das mulheres indígenas da minha própria comunidade. Ali estava eu, novamente com as minhas angústias, porque descreveria a minha própria vida. Sobre a minha própria história de vida. Não me conformava mais, até que um dia me deparei com muitos olhares preconceituosos sobre os povos indígenas. Isso me incentivou a escrever sobre o papel social da mulher indígena. Pois, além de ser mulher, mãe, professora, estava eu ali como pesquisadora, querendo mostrar como o meu povo era tratado e tentando buscar alternativas de vida para as futuras gerações, mostrando também que a

educação indígena não tem visibilidade. Muitas coisas mudaram rápido. O acesso às leis do mundo não indígena deixou nosso povo confuso, nossos jovens cada vez mais rebeldes e preguiçosos, segundo falas de alguns pais na reunião comunitária, pois os filhos não estavam mais participando das atividades das roças, das caçadas e nem das pescarias. Não era mais como antes. A escola foi um meio de apagar as histórias de vida do nosso povo, das nossas línguas e culturas.

## **TRAJETÓRIA**

Passei pouco tempo na Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), porque estava esperando uma resposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Fui atuar no fortalecimento das populações do movimento indígena nos territórios da cidadania. Trabalhei no MDA a partir de 2010. Já estava contratada pela Secretaria de Produção Rural do Amazonas (SEPROR) para ficar no MDA. Quando acabaram os contratos dos consultores, as ações do MDA do território da cidadania ficaram suspensas, então não tinha mais como ficar lá. Na SEPROR eu trabalhava na gerência de agricultura indígena. Desde 2011 sou a gerente de agricultura indígena, lidando com todos os povos do Estado do Amazonas. São projetos na área de manejo de agricultura, piscicultura, pesca. A agricultura é transversal, não dá para separar. É rotativo, são necessárias estratégias de subsistência e comercialização. Em tese funciona, porque o governo não consegue lidar com a questão indígena, não acredita que existe um potencial das populações indígenas. É um preconceito eterno, mas hoje em dia não se ouve mais falar de nós como “caboclos”. Apesar de trabalhar no governo, nunca me afastei do movimento. Fui eleita para representar a COIAB no Conselho Nacional de Seguran-

ça Alimentar, em abril de 2012, com gestão de quatro anos. As pessoas perguntam como é possível conciliar minha atuação no governo e no movimento indígena. Para mim é estratégico. Precisamos conhecer e se apropriar das esperas administrativas do poder público para poder dialogar. A situação já estava difícil antes. Sempre tivemos que lidar com dirigentes de cargos políticos vinculados a partidos com posições anti-indígenas. A situação é muito difícil. Vai muito pela situação de cada um, do sentar, do fazer, da sensibilidade.

## **ESTUDOS**

Quando cheguei de São Gabriel da Cachoeira, em Manaus, o objetivo era fazer o curso de Direito. Cursei até o quinto ano de Administração, então consegui passar no curso de Direito. Como entrei no meio do curso, as disciplinas eram outras. Fiz reaproveitamento de disciplinas. Entrei no quarto período, mas algumas disciplinas eu tinha que cursar. Fiz Direito até o sétimo período, na Universidade Nilton Lins. Parei dois anos quando a Adanna, minha segunda filha, nasceu. Depois ingressei no curso de Gestão Pública da Universidade Anhanguera. Aproveitei algumas disciplinas e me formei em 2013. Já estava trabalhando com isso, não podia ficar parada. Em 2013, minha mãe faleceu. Inscrevi-me no mestrado do curso de Antropologia. Viajei para São Gabriel da Cachoeira, no Rio Negro. Estava meio desanimada, mas não parei de trabalhar. Não estava animada para estudar, queria ir embora. Em 2015 fiquei mais contente, elaborei o projeto e fui selecionada. A academia dá oportunidade de conhecer a realidade do mundo de hoje para ter instrumentos de discussão, para saber o que você está propondo. Aprendi na universidade a interpretar um texto não só

ao pé da letra, mas a traduzir seus significados. A academia é uma ferramenta que deve ser utilizada como instrumento para traduzir nossos pensamentos e visão de mundo numa linguagem técnica para o “branco” entender.

## **POLÍTICA INDIGENISTA E MOVIMENTO INDÍGENA**

O movimento não depende do governo. Como estamos na esfera governamental, em discussão com o governo, precisamos ir ao movimento indígena e montar uma estratégia de como dialogar com este governo. Precisamos conhecer o governo nas entrelinhas para saber dialogar com ele estrategicamente, é o nosso papel como indígenas dentro do governo. E vice-versa também. Temos que dizer ao governo como dialogar com as populações indígenas. Não pode ser de cima para baixo, tem que dialogar com o movimento. A nossa atuação nos conselhos deve ser desta forma. O conselho nacional de segurança alimentar é um exemplo, não quero ser simplesmente uma figura lá dentro. Queremos mudar alguma coisa, fazer a diferença lá dentro, em todos os níveis de governo (federal, estadual, municipal). O índio não deve estar lá só para constar. A União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB) também faz parte do Fórum de Educação Indígena do Amazonas, então sou membra dos dois. O evento do Acampamento Terra Livre, da mobilização nacional indígena, ocorre anualmente em abril. Um dos pontos focais é o MEC. O primeiro passo é o diálogo no apoio a projetos e políticas afirmativas, que sempre foi almejado pela Secretaria de Apoio à Diversidade (SECADI, do MEC, extinta em janeiro de 2019).

Independentemente do governo, vamos colocar as posições. Na política indigenista, o parente é só uma figura. A política vai além. Quem está no governo tem que continuar com uma relação muito forte com o movimento. A força está no movimento. Precisa conhecer os brancos. Como funciona e como temos que dialogar, como “enfrentar”. Quando o movimento vai, não sou eu, Maria; o movimento continua. As nossas ações tomam força dentro do governo. Eu sou só uma representante para defender o que o movimento pensa. A pessoa que for convidada só vai se desgastar. O CONSEA tem um grupo de discussão sobre segurança e soberania alimentar dos povos indígenas. Há outro grupo de discussão sobre educação escolar indígena (políticas afirmativas).

A ideia é estar no movimento para captar recursos. Há um projeto do FUNDO BRASIL de direitos humanos, projeto na área de direitos indígenas, na área de tráfico de mulheres e subemprego, projeto do estado do Amazonas na área de fronteira. O governo quer expandir para outros estados. A OEA aprovou a declaração universal dos povos indígenas, mas estes se opuseram, porque há dois artigos que ferem os direitos indígenas. O governo colombiano assinou.

Sonia Guajajara é a coordenadora da APIB do Brasil desde 2014. Em princípio, há um mandato, mas a APIB não tem estatutos, é uma articulação.

O Conselho Nacional de Política Indigenista foi criado em 18 de dezembro de 2015. Particpei das prévias, mas não fui à conferência. Tinha outros compromissos. Sonia Guajajara foi eleita vice-presidente. O presidente da FUNAI é o presidente do CNPI. A Francinara Soares, tesoureira da COIAB, foi eleita titular da

COIAB no CNPI. Quem representa a UMIAB no CNPI é a Valéria PAYE, do Oiapoque, estudante de graduação de Antropologia na UNB. A proposta da UMIAB é os membros assumirem, dependendo do momento. Participo da Rede MAKIRA de mulheres indígenas do Amazonas desde a sua fundação, em 2016.

O princípio é que a organização tenha qualidade. Hoje temos profissionais qualificados para assumir. Temos indígenas com condições de ir para o embate, participar da discussão. É importante fazer uma análise da participação dos povos indígenas nos movimentos e nas políticas públicas. O indígena formado traduz o que a liderança antiga quer falar numa linguagem que os aliados brancos possam entender. É preciso conhecer o branco para conversar com ele de igual para igual. O movimento pleiteava que os próprios indígenas assumissem a cadeira de presidente do CNPI, extinto em abril de 2019. Ninguém tira férias no movimento indígena. É a nossa vida.